

O FUTURO NO PRESENTE: POR UMA GRANDE ESTRATÉGIA PARA O BRASIL

DEBATES E RECOMENDAÇÕES

O FUTURO NO PRESENTE:
POR UMA GRANDE ESTRATÉGIA PARA O BRASIL

23 DE MARÇO DE 2023

Apresentação

O presente caderno oferece à sociedade brasileira uma síntese dos debates e recomendações que fizeram parte do Simpósio “O futuro no presente: por uma Grande Estratégia para o Brasil, realizado no dia 23 de março de 2023, na Escola Superior de Defesa (ESD), e organizado pela Escola em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores, e do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, órgão da 7ª Subchefia do Estado-Maior do Exército.

Buscou-se nesse evento avançar na discussão sobre a importância da construção de uma Grande Estratégia Nacional por meio do envolvimento da sociedade brasileira no diálogo sobre o pensamento estratégico, em suas múltiplas dimensões, na busca de um projeto de Estado no horizonte de médio e longo prazo.

Nesse sentido, buscando trazer reflexões erigidas em torno da importância de uma Grande Estratégia como elemento balizador de processos de tomada de decisão em um *continuum* temporal duradouro, o Simpósio, realizado sob as regras *Chatham House*¹, foi composto de três mesas temáticas: 1) A agenda global e os desafios para uma Grande Estratégia; 2) Planejamento estratégico em um Projeto de Estado; e 3) Agendas para uma Grande Estratégia brasileira: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Geoeconomia e Tecnologia, Defesa e Política Externa.

Esperamos que este caderno, além de ser um instrumento de gestão da informação, possa vir a se constituir em uma inspiração para o avanço do debate nacional sobre o pensamento estratégico de longo prazo.

A organização.

¹ As chamadas regras *Chatham House* constituem um procedimento comumente aplicado em espaços de reflexões para preservar o anonimato dos expositores e, assim, garantir um debate de ideias livre e aberto, sem a identificação da fonte das informações apresentadas.

Mesa 01: A agenda global e os desafios para uma Grande Estratégia

Cel Oscar Medeiros Filho
Prof. Dr. Julio Eduardo da Silva Menezes

A primeira mesa foi intitulada “A agenda global e os desafios para uma Grande Estratégia”. Partindo-se da ideia do que vem a ser uma grande estratégia, buscou-se discutir o papel a ser desempenhado pelo Brasil na atual ordem internacional marcada pela incerteza e pela insegurança. A mesa foi moderada pelo Coronel Oscar Medeiros Filho, do CEEEx e contou com a participação do Embaixador Rubens Barbosa e do Professor Doutor Gunther Rudzit, da ESPM.

Contribuições dos Debatedores

Dois aspectos centrais dominaram os debates da primeira mesa: 1) quais os cenários que se desenham para o futuro próximo, destacando os desafios e oportunidades para o Brasil; e 2) como podemos definir uma Grande Estratégia nacional, considerando as vulnerabilidades e potencialidades de nosso País.

A seguir, serão listadas as principais ideias apresentadas pelos painelistas e debatedores. Para tanto, dividiremos essa parte em três tópicos principais: o panorama externo, os aspectos internos e os desafios para uma Grande Estratégia.

a. Panorama global

- ✓ A nova ordem internacional se mostra marcada pela incerteza e instabilidade no contexto geopolítico global. Nesse contexto, o modelo liberal de eficiência na definição de políticas econômicas parece substituído por objetivos de segurança, soberania e poder.
- ✓ O tabuleiro internacional passa por reajustes, marcados pela ascensão de novos polos de poder, pelo esvaziamento do multilateralismo, pelo reordenamento produtivo global e a consequente realocação das cadeias produtivas.
- ✓ Assiste-se atualmente a uma onda de nacionalismo que busca preservar graus de autonomia e soberania, criando tensões comerciais e abrindo margens para o populismo, que tem gerado uma espécie de “intervencionismo protecionista” em nome da segurança nacional.
- ✓ Tendências nacionalistas buscam o fortalecimento dos mercados domésticos, buscando autonomia soberana em áreas consideradas estratégicas, o que afeta diretamente o liberalismo e o livre comércio.

- ✓ Tendências populistas fortalecem o intervencionismo protecionista que, com base na ideia de segurança nacional, utiliza-se de restrições comerciais como arma política.
- ✓ Questões ambientais passam a ocupar lugar central na agenda internacional com impactos sobre as negociações comerciais.
- ✓ Nesse quadro, o Brasil desponta como uma potência em três setores: ambiental, segurança alimentar e energia renovável. Entretanto, deve-se ressaltar que, apesar de possuir insumos de poder, o País não dispõe de estoque de poder real para influir significativamente nas questões globais.
- ✓ Pela primeira vez na história, o Brasil está no centro de um tema global: a questão ambiental.

b. Aspectos nacionais e regionais

- ✓ O País convive com graves vulnerabilidades sociais (desigualdades), política (polarização ideológica, corrupção, questões tributárias e administrativas) e econômica (desindustrialização e perda de competitividade).
- ✓ O Brasil desponta pela sua posição estratégica em três temas globais: meio ambiente (Amazônia, bioeconomia); segurança alimentar (agronegócio); e revolução energética (energia limpa).
- ✓ Diante do quadro de disputa de poder entre as duas maiores potências (EUA e China), o melhor caminho parece ser a equidistância.
- ✓ Atualmente, os principais desafios nacionais relacionados a uma grande estratégia envolvem os seguintes temas: integração sul-americana; relação Mercosul/EU; ingresso na OCDE. No campo da defesa, o desafio é enfrentar a presença de potências extrarregionais no entorno estratégico.

c. Desafios para elaboração de uma Grande Estratégia

- ✓ Pode-se definir Grande Estratégia como a alocação dos meios disponíveis a um Estado a fim de alcançar os objetivos estratégicos. No modelo norte-americano, cada novo governo expõe à Sociedade, por meio da *National Security Strategy* (NSS), os objetivos considerados essenciais e como defendê-los.
- ✓ No caso brasileiro, o grau de polarização da sociedade impede neste momento avanços no sentido de um “Projeto Nacional”. Há que se buscar então definir os grandes eixos estratégicos.
- ✓ Ausência de visão estratégica para inserção externa (tanto política como econômica/comercial).
- ✓ Observa-se pouco interesse das elites brasileiras em definir mais claramente a inserção internacional e os objetivos estratégicos do Brasil. Os debates sobre o tema tendem a ocorrer no formato “intramuros” (militares e diplomatas, por exemplo).

Recomendações

Considerando os principais aspectos discutidos na mesa 01, sugerem-se as seguintes recomendações para a elaboração de uma Grande Estratégia nacional:

a. Panorama global:

- ✓ Manter equidistância entre as duas potências (EUA e China);
- ✓ Restabelecer o prestígio brasileiro nos organismos multilaterais;
- ✓ Fortalecer a projeção externa do Brasil, dentro de uma visão estratégica de médio e longo prazo, ressaltando as áreas em que o Brasil ocupa uma posição de relevância (meio ambiente, segurança alimentar e energia renovável).

b. Aspectos nacionais e regionais:

- ✓ Discutir e definir uma nova agenda interna, levando em conta as mudanças globais, para restabelecer o equilíbrio da economia e volta do crescimento e do emprego, o aumento da competitividade e a atração de investimentos;
- ✓ Reinsere o Brasil nos fluxos dinâmicos da economia global e reduzir as vulnerabilidades econômicas e comerciais externas priorizar a inovação tecnológica;
- ✓ Recuperar o papel de liderança regional e retomar o projeto de integração sul-americano, especialmente em relação à integração física e às cadeias regionais de produção.

c. Por uma Grande Estratégia:

- ✓ Criar condições para que os debates em torno de uma Grande Estratégia ocorram para além do modelo atual de “intramuros”. Nesse sentido, torna-se imperativo contar com representantes tanto do setor privado quanto político, uma vez que, sem entendimento e apoio destes, as políticas do governo não terão a força necessária para a sua consolidação.
- ✓ Conectar a política externa com a de defesa nacional.
- ✓ Enquadrar as políticas de defesa e militar dentro de uma política mais ampla de segurança (energética, ambiental, alimentar etc), que poderia ser denominada Estratégia Nacional de Segurança.

Mesa 02: Planejamento estratégico em um Projeto de Estado

Ministro Almir Lima Nascimento

A Grande Estratégia e o planejamento estratégico de Estado estão interligados e se complementam mutuamente, com o planejamento estratégico sendo uma ferramenta importante para a implementação da grande estratégia em nível operacional.² Assim, na segunda mesa, foram apresentadas visões complementares acerca da formulação de um planejamento estratégico de Estado de longo prazo capaz de dialogar com a preparação e instrumentalização do novo PPA 2024-2027, sobretudo no contexto de um mundo em acelerado processo de transformação tecnológica e social, impulsionado pelas novas tecnologias nos campos civil e militar.

Contribuições dos Debatedores

O primeiro aspecto que dominou os debates da segunda mesa foi a importância de se pensar no futuro, antecipando tendências e desafios para construir um país mais preparado e competitivo. A falta de planejamento de longo prazo pode limitar o desenvolvimento nacional e prejudicar a capacidade de lidar com crises e situações imprevistas. O segundo aspecto é a compreensão de que o planejamento estratégico não é uma tarefa simples, exigindo capacidade de síntese, escolhas, prioridades bem estabelecidas, esforço concentrado, monitoramento e avaliação, além da alocação dos recursos necessários para implementar o plano. Por se tratar de uma função de Estado, é fundamental que o planejamento estratégico de longo prazo seja elaborado de forma participativa e com a perspectiva de transcender as ações de curto prazo, garantindo a construção de futuro mais auspicioso para o Brasil e sua população.

a. Disrupção e adaptação

- ✓ O mundo passa por uma rápida e disruptiva transformação impulsionada pelas novas tecnologias no campo civil e militar.
- ✓ As mudanças dão origem a situações e problemas transversais cada vez mais complexos em termos de funcionamento das sociedades e do relacionamento entre nações.
- ✓ Planejar é um grande desafio e o Estado brasileiro, apesar de algumas tentativas no passado recente, nunca implementou um planejamento estratégico de longo prazo. Fatores como a falta de uma cultura nacional de planejamento e instabilidades econômicas crônicas contribuíram para a ausência de um olhar posto no longo prazo.

b. Planejamento de longo prazo

² Resposta fornecida pelo chatGPT, em 21/03/2023, à pergunta: Qual a relação entre Grande Estratégia e planejamento estratégico de Estado?

- ✓ O planejamento estratégico de longo prazo permite definir uma imagem futura de País, em sintonia com os objetivos fundamentais inscritos no artigo terceiro da Constituição Federal Brasileira (1988). Partindo-se dessa base, é possível definir os rumos necessários, atuar na solução de problemas presentes e futuros, buscando sempre transcender os limites impostos pelas ações e pelo pensamento de curto prazo.
- ✓ O planejamento estratégico consiste, primeiramente, no levantamento do diagnóstico da situação em que o País se encontra interna e externamente. O diagnóstico, por sua vez, fundamenta e orienta o exame de tendências internas e macro tendências internacionais; identificação de riscos e desafios; e a construção de cenários. Todos esses elementos encontram-se representados no documento estratégico de longo prazo.
- ✓ O Plano Plurianual (PPA) é uma ferramenta de planejamento de médio prazo com amparo no artigo 165 da Constituição Federal de 1988. O PPA reúne condições técnicas para compatibilizar objetivos e metas de planejamentos de caráter regional ou local com os recursos orçamentários da União, possibilitando a integração metodológico-orçamentária entre os planos regionais e nacional.
- ✓ Na elaboração de um planejamento de longo prazo, manifesta-se uma combinação de fatores essenciais que envolvem: capacidade de síntese; escolhas; estabelecimento de prioridades; esforço concentrado; estabelecimento de prazos; monitoramento e avaliação; definição e alocação dos recursos necessários à implementação do planejamento estratégico de longo prazo.
- ✓ A formulação e execução de uma estratégia de longo prazo é uma função de Estado e não de Governo.

Recomendações

Durante os debates da segunda mesa, foram mencionadas as seguintes recomendações:

- ✓ Estimular o estudo e a construção de cenários baseados nos critérios metodológicos de antecipação, apropriação e ação, visando subsidiar a elaboração de um planejamento estratégico de Estado de médio e longo prazo.
- ✓ Criar condições para que o planejamento estratégico de Estado de longo prazo seja o resultado do trabalho de uma mentalidade aberta, criativa, ciosa das divergências, disposta a transcender o curto prazo, sendo esse um exercício amplo, respeitoso e inclusivo.
- ✓ Promover o alinhamento estratégico dos planejamentos de curto e médio prazo existentes hoje no Brasil com o planejamento estratégico de longo prazo em construção.
- ✓ Fortalecer o PPA, ferramenta útil e compatível com planejamentos de longo prazo.
- ✓ Obter apoio da sociedade, agentes econômicos e autoridades constituídas nos Três Poderes.

Mesa 3 - Agendas para uma Grande Estratégia brasileira

Ten Cel Selma Lúcia de Moura Gonzales
Prof. Dr. Fábio Albergaria de Queiroz

A mesa 3 teve como objetivo apresentar perspectivas sobre três temas da agenda contemporânea considerados fundamentais para a consecução de uma Grande Estratégia para o País: 1. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável, 2. Geoeconomia e a tecnologia, 3. Defesa Nacional e Política Externa. A riqueza do debate que emana desses múltiplos temas ajudou a lançar luzes sobre as fragilidades, as potencialidades e os caminhos desejados e possíveis para a (re)afirmação do Brasil no mundo, um país reconhecido pela sua incontornável geopolítica no sistema internacional.

Contribuições dos Debatedores

a. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A mesa pontuou que o cenário mundial em 2023 se apresentou ainda mais complexo, incerto e volátil do que aquele que vivenciamos nas últimas décadas que marcam a ordem pós-Guerra Fria. Vivemos uma etapa de crises radicais e de impacto global do ponto de vista político e, no plano interno, consequências palpáveis advindas de eventos como as mudanças do clima e do desmatamento. Logo, ante um contexto ainda pouco prognosticável quanto à plenitude das externalidades resultantes da ação dos vetores multidimensionais definidores da atual conjuntura, uma grande estratégia terá que conjugar aspirações potencialmente ilimitadas com capacidades de resposta (*capabilities*), necessariamente, limitadas.

Nestes termos, algumas questões paradigmáticas foram apresentadas pelos debatedores, assim sintetizadas:

- ✓ Primeiro aspecto é a complexidade de se definir a proporcionalidade entre fins e meios em um contexto de uma economia quase estagnada, com assimetrias - sociais, econômicas, regionais e culturais - onde aspirações e capacidades sempre atuaram como constrangimento às estratégias. Isso, concomitante ao avanço vertiginoso da tecnologia, em particular do emprego da inteligência artificial vis-à-vis as consequentes demandas adaptativas decorrentes de possíveis disrupções resultantes de sua aplicação.
- ✓ Com as mudanças climáticas, as regiões Norte e Nordeste serão as mais afetadas, com impactos na produção agrícola e pecuária e nas condições de vida das pessoas, além do agravamento de desastres naturais em áreas urbanas, como alagamentos, deslizamentos de encostas etc. Assim, é necessário entender o que está em jogo e realizar ajuste nas dimensões de tempo, escala e espaço para lograr os objetivos estabelecidos usando os meios disponíveis.

- ✓ Concomitantemente, no nível político interno, para a consecução de uma grande estratégia, eis algumas questões que se colocam como desafios prementes: como mobilizar o interesse da elite política e econômica e opinião pública para enfrentar tamanhas externalidades? Como financiar ações num contexto inflacionário? Como gerar recursos quando a cooperação financeira internacional encontra cada vez mais restrições e constrangimentos determinados por fatores políticos e econômicos? Como o país pode ser parte ativa em uma ordem internacional onde o multilateralismo sofre desgastes e perde força para atuar em temas tão cruciais para o futuro da humanidade, como: as emissões de gases de efeitos estufa e suas consequências para a mudança do clima; gestão sustentável de grandes espaços terrestres, sejam aqueles na esfera soberana dos Estados, como é o caso da Amazônia ou o mar territorial, sejam aqueles vistos como áreas internacionais, como o alto mar, a Antártida, a atmosfera; os recursos naturais, especialmente a biodiversidade, as florestas, a pesca, a proteção das baleias, a água, a energia; o uso de produtos resultantes de processos industriais ou agrícolas, como os resíduos perigosos, os pesticidas, os químicos, os produtos derivados da biotecnologia?
- ✓ Por fim, como lidar com decisões pouco efetivas? Como mobilizar maiorias por objetivos e ações mais ambiciosas? Como articular parcerias, sobretudo, na vizinhança? Nesse sentido, há que se promover estreita interligação das atuações interna e externa, pois o país enfrentará melhor as demandas internas se soubermos lidar habilmente com os desafios externos. Algumas questões precisam ser consideradas: o Brasil como ator global e como ator chave; o Brasil como potência regional; as relações com os vizinhos, o sentido e projeção dos interesses nacionais vis-à-vis o planejamento político-estratégico; a necessidade de maior engajamento do Brasil com os organismos multilaterais regionais, como OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe), a valorização de projetos vicinais, como a Hidrovia Paraná-Paraguai e, por fim, fazer das políticas públicas brasileiras base de atuação em discussões regulatórias e para cooperação com a América do Sul.

b. Geoeconomia e Tecnologia

- ✓ No âmbito geoeconômico, pode-se afirmar que o mundo está entrando na quarta revolução industrial, que tem suas bases em forte desenvolvimento tecnológico, envolvendo a digitalização, internet das coisas, Inteligência Artificial, *learning machine*, Biologia sintética, nanotecnologia, computação quântica, manufatura aditiva e com fortes demandas por energias renováveis.
- ✓ Para esse contexto, o Brasil ainda apresenta fragilidades, tais como desindustrialização prematura, baixa participação nas cadeias globais de valor e falta de cultura estratégica do ponto de vista da ciência, tecnologia e inovação,

características que vão de encontro a desafios apresentados pelo protecionismo comercial de países desenvolvidos, pelo regime internacional de propriedade intelectual e pelas limitações do multilateralismo nas relações internacionais.

- ✓ O Brasil tem apresentado uma significativa redução no índice de complexidade econômica e investimento em pesquisa e desenvolvimento, rebaixando sua posição no ranking dos países ao longo da última década, assim como apresentou um crescimento significativo em produtos primários na sua pauta de exportação. Assim, constata-se uma diminuição de tecnologia agregada aos produtos exportados.
- ✓ Por outro lado, há no país uma considerável margem para qualificação do capital humano, seguindo as habilidades sugeridas para a educação do século XXI, assim como enorme reserva de recursos naturais e potencial para uma forte indústria de biotecnologia.

c. Defesa e Política Externa

- Algumas questões
- ✓ Ambiente internacional: fatores que conformam para interfaces crescentes entre Política Externa e Defesa. Sob o aspecto da geopolítica é possível falar de um retorno da geopolítica, onde atores ganham proeminência ao lado de considerações de ordem econômica, social e ambiental. No ambiente de segurança internacional, estamos vivendo uma ordem mais suscetível a conflitos e à violência armada, o que projeta um sentimento de insegurança, não apenas relacionado à violência, mas também a impactos no campo da segurança alimentar, climática, social, saúde pública e crescentes disputas por recursos naturais estratégicos.
- ✓ Aspectos estruturais globais apresentados no tópico anterior combinados com uma interdependência em vários planos, são geradores de mais fragilidade e daí, decorre, a necessidade de uma forte governança em um contexto de profunda crise dos organismos multilaterais de governança.
- ✓ Há um paradoxo entre a necessidade de promoção e construção da governança versus uma fragilidade dos organismos internacionais. Essa crise restringe a condução de diálogos políticos e a mitigação e redução de conflitos, acentuando disputas de poder. Nesse contexto, estamos desprovidos de instrumentos e recursos hábeis para uma lógica cooperativa de diálogo. Igualmente, nesse ambiente, vários governos estão securitizando diversos temas da agenda internacional: migrações, questões ambientais, terrorismo etc. Para exemplificar, na Conferência dos Ministros da Defesa das Américas, realizada em Brasília, em 2022, as migrações entraram como tema de segurança internacional.

- ✓ Vários temas estão sendo trazidos para a órbita da defesa, em um contexto de volatilidade política das instituições internacionais e organismos multilaterais e de quase obsolescência dos mecanismos de segurança coletiva, que estão, em muitos casos, inoperantes. Isso leva a uma dispersão dos diálogos políticos de proposição, negociação e construção de soluções e encaminhamentos para evitar o conflito.
- ✓ Na Interfaces entre Política Externa e Defesa em sentido prospectivo, no nível sistêmico global, em razão do impulso nas abordagens das políticas de poder, aumentam-se os riscos de uma vivificação do dilema de segurança.
 - Brasil
- ✓ Confrontar a difícil, mas necessária contenção dos esforços de militarização de temas de segurança global. Demandas crescentes à diplomacia voltadas para questões de segurança demandarão uma visão coesa de parte da diplomacia e da defesa sobre as posições do Brasil frente a esses esforços de militarização. Falta ênfase e ação conjunta de esforço conjugado entre esses dois pilares de uma grande estratégia.
- ✓ Falta esforço em definir melhor essa zona cinzenta em certos temas. É preciso ter discernimento. Em que dimensão, em termos globais, se faz necessário o engajamento das Forças Armadas? Falamos de crises ambientais, fenômenos climáticos extremos, segurança e crimes cibernéticos, etc. É compreensível que haja essa dificuldade e isso impõe a necessidade de um debate mais aprofundado para a construção de posições que possam ser mais claras frente a essas agendas internacionais e a todos esses desafios.
- ✓ Há desafios para o desenvolvimento de uma cultura favorável à defesa nacional, assim como temos ainda um déficit em instrumento de participação social na Política Externa.
- ✓ Há alguns anos atrás, João Paulo Alsina caracterizou a relação entre Política Externa e Defesa como a síntese imperfeita, retratando os estágios ainda incipientes de articulação nas respectivas esferas. É forçoso reconhecer que os avanços logrados na relação voltada para a compreensão dos interesses externos e a defesa e seus canais de diálogo são limitados ainda, o que prejudica a participação democrática na construção de uma grande estratégia.

Recomendações

Durante os debates da terceira mesa, foram mencionadas as seguintes recomendações:

a. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- ✓ Para o Brasil aumentar seu peso político e assegurar assento e voz nos círculos decisórios cumpre priorizar investimentos e reforço institucional na área de educação e de ciência e tecnologia em setores estratégicos, como:
 - Energia: com a expansão e consolidação das renováveis.
 - Transportes: com a valorização do transporte coletivo por veículos elétricos, a hidrogênio, etanol e híbridos; renovação e valorização do transporte ferroviário e de navios.
 - Comunicações: com a expansão do acesso à internet, em particular nas regiões mais longínquas de modo a garantir acesso às novas tecnologias; compartilhar conhecimento e experiência com países vizinhos, em particular os Estados-membros do MERCOSUL.
 - Maior articulação entre universidades, laboratórios e empresas em torno de projetos concretos, utilizando pesquisa aplicada desenvolvida no Brasil.
 - Reforço e dinamização de instituições, como a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), que já atua na área de inovação e articulação entre empresas e pesquisa. São necessários meios para atuar nesse palco: políticas públicas; recursos financeiros previsíveis, não contingenciáveis, alocados segundo metas claras dos projetos financiados; treinamento; pesquisa; cooperação técnica recebida e prestada.
 - Para a Amazônia, há a necessidade de políticas públicas específicas para a Região, em setores como educação, saúde, saneamento, desenvolvimento da indústria extrativista com agregação local de valor, beneficiamento *in situ* dos recursos genéticos e da biodiversidade.

b. Geoeconomia e Tecnologia

- ✓ O Brasil pode se transformar em um grande receptor de investimentos estrangeiros. Como recomendação, sugere-se que o país fomente a cooperação técnica internacional, aprendendo com casos de sucesso, e busque estimular maior interação e integração entre governo, universidades e empresas, a fim de alavancar a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias na produção industrial e, assim, gerar maior valor agregado aos produtos da pauta de exportação, reduzindo, dessa maneira, a dependência tecnológica de outros países.

c. Defesa e Política Externa

- ✓ Desenvolvimento de uma arquitetura institucional que enlace as esferas da Defesa e Política Externa.

- ✓ O Brasil deve se posicionar de modo a evitar a militarização de grandes temas e desafios de segurança global (questões ambientais, migrações etc.) que estão na linha de frente, sobretudo no setor científico tecnológico.
- ✓ Quanto aos conflitos armados, alinhar a diplomacia de defesa ao intento mais amplo de revigoração dos mecanismos e dos fóruns multilaterais do diálogo político de cooperação e segurança, tanto de alcance global, mas principalmente regional, com o propósito de prevenir, mitigar e, no limite, reverter o potencial de conflitos interestatais. Na dimensão regional, há uma janela de oportunidade, reclamando iniciativas de reconstituição desses espaços.
- ✓ Quanto ao plano interno: faz-se necessário um substrato político e institucional mais sólido, rigoroso, de enlace entre as esferas da diplomacia e da defesa, e um efetivo engajamento de participação e representação política – partidos políticos e parlamento - nas esferas da Política Externa e da Defesa Nacional, o que requer um amplo debate sobre esses temas, além da ampliação da participação da sociedade civil na elaboração, implementação e avaliação de políticas no campo da Defesa Nacional, e no acompanhamento da Política Externa em seu sentido maior.

Lista de debatedores

Alcides Costa Vaz (Prof. Dr.)

Almir Lima Nascimento (Ministro)

Elaine Coutinho Marcial (Profa Dra)

Everton Vieira Vargas (Embaixador)

Fábio Albergaria de Queiroz (Prof. Dr.)

Fernando Bartholomeu Fernandes (General de Brigada)

Gunther Rudzit (Prof. Dr.)

Jean Santos Lima (Prof. Dr.)

Julio Eduardo da Silva Menezes (Prof. Dr.)

Leany Barreiro de Sousa Lemos (Profa Dra)

Márcia Loureiro (Embaixadora)

Oscar Medeiros Filho (Coronel)

Paulo Renato Rohwer Santos (Vice-Almirante)

Rubens Antonio Barbosa (Embaixador)

Selma Lúcia de Moura Gonzales (Tenente Coronel)